

Veja o que muda para o trabalhador com o fim da emergência de Covid-19

O fim da emergência de saúde pública anunciado pelo ministro Marcelo Queiroga, da Saúde, afetará também a vida dos trabalhadores que, desde março de 2020, estiveram sujeitos a mudanças temporárias de regras e obrigações.

A revogação do estado de enfrentamento à crise sanitária acabará definitivamente com a obrigação de as empresas exigirem o uso de máscaras, de afastarem automaticamente trabalhadores com sintomas gripais e de darem prioridade ao teletrabalho para aqueles com mais de 60 anos. Poderá ainda antecipar o fim do trabalho remoto para gestantes. Até a exigência para que os aplicativos de entrega, como iFood, Rappi e Loggi, sejam obrigados a contratar seguros contra aci-

dentes será revogada.

Passa de 170 o número de portarias do Ministério da Saúde que serão afetadas pela revogação do estado de emergência, que tratam desde regras para compras de insumos, mas que afetam também os regulamentos para os ambientes de trabalho.

Em entrevista coletiva, Queiroga disse que uma portaria publicada até o fim desta semana vai formalizar o fim do estado de emergência em saúde.

Essa publicação será acompanhada de uma nota técnica que criará, segundo Queiroga, uma transição para normas e leis vinculadas à situação de emergência. “Foi criado um ordenamento jurídico próprio e algumas leis federais perderiam seu efeito”, afirmou o ministro da Saúde. “É necessário que elas

tenham uma transição.”

Segundo Rodrigo Cruz, secretário-executivo do Ministério da Saúde, a portaria interministerial 17, de 22 de março deste ano, que dispensou o uso de máscaras, já foi uma flexibilização possível a partir dos dados epidemiológicos disponíveis, o mesmo parâmetro usado na decisão de encerrar o estado de emergência.

A declaração de emergência foi feita por meio da portaria 188, de 3 de fevereiro de 2020, pouco mais de um mês antes de a OMS (Organização Mundial da Saúde) classificar a contaminação pelo coronavírus uma pandemia.

Enquanto a medida não for publicada, todas as portarias ou leis vinculadas ao estado de emergência em saúde continuam valendo.

Fernanda Brigatti/Folhapress



Economia



Maior preço em cem anos encerra era da comida barata

Página - 03

Governo planeja reservar R\$ 11,7 bi em 2023 para dar aumento a servidores

Página - 03



Pantanal é o bioma que mais queimou desde a 1ª edição da novela

Pág - 05

Guerra impulsiona corrida pelo hidrogênio verde na Europa

Pág - 05

Política

Bolsonaro pede reunião com WhatsApp para tratar de acordo com TSE

Página - 04

Candidato do Novo ao Senado em SP diz que se espelha em Zema

Página - 04



No Mundo

Após convite de Zelensky, França diz que Macron não irá à Ucrânia agora



O secretário de Estado francês para Assuntos Europeus, Clément Beaune, disse que o presidente da França, Emmanuel Macron, não irá à Ucrânia “nos próximos dias”. Em entrevista à emissora Sud Radio, da França, Beaune disse que Macron irá para Kiev apenas se for útil.

Em entrevista à CNN, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, convidou Macron para visitar a Ucrânia após o francês ter rejeitado usar o termo genocídio para qualificar as ações das forças russas em território ucraniano, invadido desde 24 de fe-

vereiro.

No momento, Macron está na reta final da campanha de segundo turno pela reeleição para a Presidência da França. A eleição será no próximo domingo (24). Para Beaune, uma visita agora à Ucrânia, poderia “sem dúvida, ser mal interpretada”.

Ao explicar a posição de Macron de ir à Ucrânia apenas se ele for útil, Beaune disse que não se pode “fazer apenas uma visita simbólica”. “Tem que ser uma visita com impacto.” Ele ressaltou que a França tem dado apoio à Ucrânia com ajuda humanitária e militar. No último dia 9, o primeiro-ministro

britânico, Boris Johnson, esteve em Kiev com Zelensky. Outras autoridades europeias também estiveram na Ucrânia nos últimos dias.

Na entrevista à CNN, transmitida no domingo (17), o presidente ucraniano também expressou seu desejo de receber o americano Joe Biden. “Acho que ele virá, mas a decisão depende dele, claro, depende da segurança”, disse. “Mas acho que ele é o governante dos Estados Unidos e é por isso que ele deveria vir e ver”, explicou.

A Casa Branca está considerando enviar um representante a Kiev.

Folhapress

Coreia do Norte faz testes para aumentar eficácia de armas nucleares, diz regime

A Coreia do Norte testou um novo sistema de armamentos para melhorar a eficácia de suas armas nucleares táticas, que são armas nucleares de menor poder para atingir alvos localizados, disse a agência estatal de notícias KCNA. O ditador Kim Jong-un supervisionou o teste, segundo a agência.

A nova arma é de “melhora o poder de fogo das unidades de artilharia de longo alcance de primeira linha e a eficiência do funcionamento das armas nucleares táticas”, afirmou a KCNA. Segundo a agência, o teste foi realizado com sucesso -o texto não deixa claro em que data exa-

tamente ocorreu o exercício militar.

A Coreia do Sul reconheceu neste que os vizinhos do norte lançaram dois projéteis pela costa leste do país em direção ao mar. Os projéteis foram disparados de Hamhung por e caíram a 110 quilômetros de distância, com velocidade máxima de 4.900 km/h.

Para Ankit Panda, membro sênior do Carnegie Endowment for International Peace, com sede nos EUA, o teste provavelmente envolveu um míssil balístico de curto alcance e o primeiro sistema de lançamento de armas nucleares táticas da Coreia do Norte.

Folhapress



Novo confronto em Israel deixa feridos e põe pressão sobre coalizão de premiê



A tropa de choque israelense enfrentou palestinos em becos da Cidade Velha de Jerusalém devido a conflitos em torno do complexo de Al-Aqsa, sagrado para muçulmanos e judeus. Ao menos 18 palestinos foram presos, alguns por apedrejar ônibus, segundo a polícia.

Outros 17 ficaram feridos, 5 atingidos por balas de borracha disparadas pelas forças de segurança israelenses, de acordo com o grupo Crescente Vermelho Palestino.

Na sexta, outro conflito havia deixado 152 palestinos feridos na mesquita Al-Aqsa. A situação se dá em meio a um contexto de tensão, após

ataques perpetrados por palestinos e cidadãos de origem árabe nas ruas de Israel e, na sequência, ações militares israelenses na Cisjordânia, todos os eventos com vítimas.

Os confrontos levaram o partido Lista Árabe Unida a rever seu papel na coalizão governista do premiê israelense, Naftali Bennett. O partido afirmou neste domingo que suspenderia a participação no governo devido à reação das forças de Israel em Al-Aqsa e que considera renunciar oficialmente se não houver uma mudança de postura.

A aliança em torno do primeiro-ministro controla 60 dos 120 assentos no Parlamento, incluindo 4 da Lista Árabe Unida, primeiro par-

tido ligado a esse grupo da população a integrar um governo em Israel. A coalizão do ultradireitista Bennett já enfrentava uma crise desde o começo do mês, quando perdeu a maioria no Knesset.

Isso se deu quando Idit Silman, líder da aliança e membro do Yamina, partido de Bennett, abandonou o posto. A situação de agora aumenta ainda mais a pressão sobre a governabilidade da frente, que reúne oito siglas da ultradireita à esquerda.

A violência neste domingo começou depois que a polícia, buscando impedir o contato entre grupos religiosos distintos, confinou muçulmanos que já haviam entrado em áreas restritas no complexo de Al-Aqsa. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Maior preço em cem anos encerra era da comida barata



O principal índice global de preços de alimentos das Nações Unidas atingiu em março o maior nível em 61 anos, e série do FMI (Fundo Monetário Internacional) a partir de 1900 apon-ta recorde em cem anos.

O patamar atual supera as marcas do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da primeira crise mundial do petróleo (1973-1974), segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Os dados do FMI sugerem que fica atrás somente do nível registrado após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Pressionada pelo conflito na Ucrânia, a inflação de alimentos vinha subindo desde 2000 -e ganhou ímpeto antes do início da pandemia, no final de 2019.

Ela tem por trás causas conjunturais, como a Covid-19 e a guerra; e estru-

turais, como o aumento da renda na Ásia e na África e mudanças climáticas, que tornam safras imprevisíveis.

No conjunto, esses fatores marcam o fim de uma era de alimentos relativamente baratos, que ajudaram a reduzir a pobreza e a fome no mundo na segunda metade do século 20.

Para o Brasil, a explosão nos preços de comida e combustíveis criou um paradoxo: enquanto a população empobrece e reduz o padrão alimentar, as contas públicas melhoraram e o risco fiscal diminuiu com o aumento da arrecadação de impostos gerado por mais receita com exportação de commodities, como grãos e petróleo.

Em março, o índice de preços de alimentos da ONU calculado pela FAO (Organização para Alimentação e Agricultura, na sigla em inglês) atingiu 159,3 pontos,

batendo recorde anterior, de 1974 (137,4), e pressionado por todos os seus componentes: cereais, carnes, óleos, laticínios e açúcar.

Juntas e antes da guerra, Ucrânia e Rússia respondiam por 25% das exportações globais de trigo e 15% das de milho. O conflito também fez o preço do petróleo disparar mais de 45% neste ano, pressionando fretes e a cadeia de distribuição de alimentos.

Para André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), preços elevados na alimentação devem “ficar no radar” por longo período. “Não se trata só de efeitos sazonais. Será muito difícil termos quedas sustentadas nos próximos anos.”

Fernando Canzian/Folhapress

INSS começa a pagar 13º em uma semana

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar, na próxima segunda-feira (25), a primeira parcela do 13º para aposentados, pensionistas e demais segurados com direito ao valor. O dinheiro é liberado conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Assim como ocorreu em 2020 e 2021, a primeira e a segunda parcelas da gratificação natalina estão sendo adiantadas para o primeiro semestre do ano. Ao todo, 31,6 milhões de segurados vão receber o dinheiro, somando R\$ 56,7 bilhões injetados na economia.

A consulta ao valor exato do 13º do INSS já pode ser feita pelo beneficiário por meio do aplicativo ou site Meu INSS. Ainda não é possível ver o valor provisionado

na conta bancária, diz o instituto.

COMO É O CÁLCULO DO 13º DO INSS

A primeira parcela corresponde à exatamente metade do valor do benefício para quem já estava aposentado em janeiro. No caso de quem se aposentou depois, o valor a ser pago é proporcional aos meses de recebimento da aposentadoria.

Já a segunda parcela pode ter desconto do Imposto de Renda para quem está obrigado a pagar. É isento do IR o benefício de até R\$ 1.903,98 por mês.

Aposentados a partir dos 65 anos têm direito a isenção extra no IR desde o mês em que fazem aniversário. Neste caso, passam a pagar o Imposto de Renda apenas benefícios acima de R\$ 3.807,96.

Cristiane Gercina/Folhapress



Governo planeja reservar R\$ 11,7 bi em 2023 para dar aumento a servidores



O secretário especial do Tesouro do Ministério da Economia, Esteves Colnago, afirmou que a equipe econômica planeja reservar R\$ 11,7 bilhões para dar aumento de salário a funcionários públicos em 2023. Ele não informou, no entanto, de quanto seria o possível reajuste.

“Não tem como falar se [o reajuste dos servidores] será linear [igual para todos] ou por carreira. A ideia é que se crie uma reserva, como o R\$ 1,7 bilhão deste ano, e que o aumento seja decidido pelo presidente”, afirmou Colnago, durante coletiva de imprensa para tratar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), en-

caminhado pelo governo ao Congresso.

O PLDO é a proposta do governo para o Orçamento do ano seguinte e precisa ser aprovado pelo Congresso para virar lei.

O texto apresentado pelo governo na sexta contém a previsão de aumentos salariais e de reestruturação de cargos dos funcionários públicos federais em 2023. Além disso, abre a possibilidade de aumento do auxílio-alimentação ou refeição e da assistência pré-escolar aos servidores federais. Os valores dos possíveis reajustes, no entanto, não são estimados.

Nos casos do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar, o aumento poderá ser feito “nas hipóteses em

que o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade federal for igual ou inferior ao valor per capita da União”. De acordo com o ministério, “a adoção da medida contribui para promover equidade entre os diferentes órgãos e recompor o valor dos citados benefícios”.

Atualmente, o auxílio-alimentação pago aos servidores federais ativos é de R\$ 458 por mês. O último aumento foi feito no início de 2016, ainda no governo de Dilma Rousseff. Na época, o valor passou de R\$ 373 para R\$ 458. No início deste ano, o governo sinalizou a possibilidade de aumentar o auxílio-alimentação.

Fabrizio de Castro/Folhapress

Política

Bolsonaro pede reunião com WhatsApp para tratar de acordo com TSE



O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que vai propor uma reunião com o comando do WhatsApp no Brasil para discutir com a plataforma os termos do acordo deles com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O presidente se refere à nova ferramenta do aplicativo que permite grupos com milhares de pessoas e que só irá começar a funcionar no Brasil após o segundo turno das eleições por causa de um entendimento entre o TSE e o WhatsApp.

Assim como fizera um dia antes, Bolsonaro voltou a dizer que o acordo é “inadmissível e inaceitável”. E disse já ter conversado sobre o tema com o ministro Fábio

Faria (Comunicações) para organizar uma reunião com representantes do WhatsApp no Brasil para tratar desse acordo.

As declarações foram dadas à CNN Brasil nas ruas de Guarujá, em meio a um passeio de moto do presidente pelas ruas da cidade do litoral sul de São Paulo, onde passa o feriado de Páscoa em uma unidade militar.

“Se eles [do WhatsApp] podem fazer um acordo desses com o TSE, podem fazer comigo também, por que não? Pode fazer com você, pode fazer com qualquer um. No Brasil, ou um produto está aberto a todo mundo ou tem restrição para todo mundo.”

Na mesma entrevista à CNN, Bolsonaro voltou a fa-

zer críticas ao TSE e ao ministro Alexandre de Moraes, atual vice-presidente da corte e que a assumirá o comando do tribunal dois meses antes da eleição.

“Agora o grande problema que a gente tem, e não consigo entender, é com o Tribunal Superior Eleitoral. Virou lá um grupo fechado, o TSE Futebol Clube. O que se fala é lei.”

“Há poucas semanas o Alexandre Moraes falou que quem desconfiar do processo eleitoral vai ter o registro eleitoral cassado e preso. Ô, Alexandre, eu estou desconfiado. Vai me prender? Vai caçar o meu registro? Que democracia é essa?”

Klaus Richmond/Folhapress

‘Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô’, diz Mourão sobre tortura na ditadura militar



Vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão disse não haver o que apurar sobre tortura na ditadura militar (1964-1985) e ironizou: “Já morreram tudo, pô”.

Candidato ao Senado pelo Rio Grande do Sul, Mourão tem uma postura de defender e minimizar o regime que torturou e matou no país.

“Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô”, disse, seguido de risos. “Vai trazer os caras do túmulo de volta lá?”

Mourão foi questionado por jornalistas a respeito de áudios inéditos de sessões do STM (Superior Tribunal Militar) apontam denúncias de tortura durante o período da ditadura militar.

Candidato do Novo ao Senado em SP diz que se espelha em Zema

O pré-candidato ao Senado de São Paulo pelo Novo, o deputado estadual Ricardo Mellão, diz que pretende se espelhar no governador de Minas Gerais, Romeu Zema, para sua campanha.

“Zema é um ‘case’, um modelo que deu certo. Encontrei em Minas muito mais dificuldades do que temos aqui em São Paulo. A gestão dele mostra que não podemos ser utópicos, temos de buscar o que é possível”, diz, sobre o governo do correligionário.

Líder do partido na Assembleia, Mellão afirma que fará uma campanha de centro-direita, com ideias liberais. “Vamos defender as reformas tributária e administrativa, o fim dos supersalários no serviço público, as privatizações

e a prisão após condenação em segunda instância, além de outros temas”, diz ele.

Também estará em pauta rediscutir a forma como são selecionados ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a instituição de mandatos para os membros da corte e de regras para analisar processos de impeachment contra eles, que cheguem ao Senado.

Mellão diz que o quadro para o Senado em São Paulo ainda está muito incerto. “O [apresentador José Luiz] Datena é uma incógnita, você nunca sabe se vai até o fim. Na esquerda até agora não apareceu nenhum nome, a mesma coisa no campo que apoia o atual governador”, afirma ele.

Fábio Zanini/Folhapress



O conteúdo das gravações, fruto do trabalho do professor de história do Brasil Carlos Fico, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi divulgado pela jornalista Miriam Leitão, do jornal O Globo, e confirmado pela Folha.

“História, isso já passou, né? A mesma coisa que a gente voltar para a ditadura do Getúlio. São assuntos já escritos em livros, debatidos intensamente. Passado, faz parte da história do país”, afirmou o vice-presidente. Ele disse, então, que “houve excesso de parte a parte”.

No primeiro ano de governo, em entrevista ao jornal francês Le Monde, Mourão chegou a dizer que a ditadura matou “poucas pessoas”.

O regime enaltecido por

Mourão teve uma estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento.

Os números da repressão são pouco precisos, uma vez que a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontam para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Em alguns casos, a sessão de tortura levava à morte.

Marianna Holanda/Folhapress

Pantanal é o bioma que mais queimou desde a 1ª edição da novela



A comparação da região do Pantanal entre 1985 e 2020 não é animadora, segundo uma análise da MapBiomas realizada a pedido da Globo para a preparação da equipe de produção da novela Pantanal e entendimento de como o ecossistema foi modificado entre a primeira versão e o remake do clássico homônimo.

A análise levou em conta queimadas, desmatamento, falta de água e concluiu que o bioma perdeu 12% da cobertura de vegetação nativa nas últimas três décadas, uma área equivalente a 12 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

O Pantanal é, proporcionalmente, o bioma que mais queimou no Brasil em 36 anos e, dos 10 estados brasi-

leiros que mais sofreram com queimadas até 2020, Mato Grosso é o que apresentou maior ocorrência de fogo, com 389.014 km² de área devastada pelas chamas.

O conteúdo ainda aponta que agosto, setembro e outubro são os meses mais críticos e cerca de 67% da área afetada pelo fogo foi queimada mais de uma vez em 36 anos. Quando considerada a Bacia do Alto Pantanal, a perda chegou a 21%, uma área 1,3 vezes maior que o estado do Rio de Janeiro.

O Rio Taquari, que tem suas nascentes no Planalto, mudou seu curso em menos de 30 anos, abandonando mais de 150 km de leito seco. A análise ainda mostrou que a primeira cheia aconteceu em 1988 e a última, em 2018. A região também perdeu 74%

da superfície média de água entre 1990 e 2020.

Produção da novela Pantanal:

O time da novela que viajou para o centro-oeste participou de um workshop sobre o bioma da localidade. Foi desenvolvida uma cartilha, com o apoio técnico do Instituto Akatu e de Tasso Azevedo, engenheiro Florestal e consultor Ambiental, com o intuito de gerar consciência sobre o impacto gerado na região e oferecer alternativas mais sustentáveis e inclusivas. A Cartilha Produções Verdes – Pantanal conta com orientações como os cuidados na escolha dos fornecedores, atenção à economia local e o que poderia ser levado para o destino de gravações. Biznews

Guerra impulsiona corrida pelo hidrogênio verde na Europa

O esforço da Europa para cortar sua dependência do gás natural russo está gerando bilhões de dólares em novos compromissos para a construção de um mercado para o hidrogênio feito com baixo uso de carbono.

Um salto de quase 450% no preço do gás na Europa em um ano tornou o combustível alternativo do futuro competitivo em termos de custos cerca de uma década antes do previsto, de acordo com a BloombergNEF.

Agora, fundos de investimento estão se juntando a governos e empresas do setor elétrico com planos ambiciosos para tornar o hidrogênio

um substituto viável para os combustíveis fósseis em fábricas, transporte e aquecimento.

“É uma espécie de ponto de inflexão”, disse Phil Caldwell, diretor executivo da Ceres Power Holdings uma empresa de tecnologia de hidrogênio com sede no Reino Unido. “Você verá esse capital chegando em grande escala agora. Não há como voltar atrás.”

A Rússia ficou relegada ao ostracismo no cenário mundial por invadir a Ucrânia, mas alguns de seus críticos mais severos ainda precisam de seu petróleo e gás para manter suas economias funcionando. Biznews



Crianças estão influenciando cada vez mais seus pais a contribuírem para preservação ambiental, aponta estudo



Não é segredo para ninguém que a educação infantil em relação às questões de meio ambiente é um item de urgência na agenda das famílias. No entanto, o que nem todos esperam é que o contrário também possa acontecer! Felizmente, muitos pais e responsáveis estão sendo encorajados e inspirados pelos pequenos a se informarem e agirem sobre questões ambientais. Um artigo publicado pela revista Nature Climate Change abordou o assunto e compartilhou como as crianças estão se tornando, cada vez mais, agentes centrais na preservação ambiental.

Os autores da pesquisa acreditam que a aprendizagem intergeracional – ou seja, quando crianças trans-

ferem conhecimento às suas famílias – seja extremamente promissora para propagar conhecimento e minimizar as barreiras sociais em relação ao meio ambiente.

Os resultados do estudo demonstraram que as crianças – principalmente as filhas – foram bem sucedidas ao convencerem seus pais de suas preocupações em relação à preservação da natureza. Além disso, resultados inesperados mostraram que pais conservadores foram os mais influenciados pelos seus filhos.

Durante a pandemia

Outra pesquisa realizada pela Who Cares, Who Does? aponta que, durante a pandemia, a quantidade de famílias engajadas em atividades ecológicas cresceu cerca de 2 pontos, sendo que as crian-

ças foram apontadas como as principais responsáveis por esta mudança.

Os efeitos destes estudos são essenciais para entendermos como o aprendizado em relação ao meio ambiente acontece. É comum pensarmos que o conhecimento das crianças é obtido dentro de casa. No entanto, sabemos que não é apenas assim que os pequenos desenvolvem suas percepções e opiniões em relação ao mundo exterior.

Alguns aprendizados que podem ser tirados dessa descoberta são a importância de campanhas educativas em relação à proteção ambiental, os exemplos que são dados às crianças em diferentes locais e a capacidade de influência das próximas gerações. Biznews



POLY-VAC S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS

CNPJ/MF nº 43.655.612/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o respectivo Parecer do Auditor Independente, permanecendo esta Diretoria ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Aproveitamos a oportunidade para transmitir aos nossos colaboradores, clientes e fornecedores, os agradecimentos pela colaboração e confiança.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Notas	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020			2021	2020
Circulante				Circulante				Receita operacional líquida	Nota	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	7	5.561	7.634	Fornecedores	13	22.835	20.351	Custo dos produtos vendidos	19	224.119	169.467
Contas a receber de clientes	8	60.930	46.629	Obrigações sociais	14	2.958	2.827	Lucro bruto		50.321	36.494
Estoques	9	13.202	6.667	Impostos, taxas e contribuições	15	2.639	2.592	Despesas de vendas	20	(13.282)	(12.616)
Impostos a recuperar	10	962	1.082	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	25	4.366	1.955	Despesas gerais e administrativas	21	(8.172)	(8.482)
Despesas antecipadas		107	99	Passivo de arrendamento	12.1	3.182	–	Honorários dos administradores		(77)	(73)
Outras contas a receber		884	666	Outras obrigações		1.719	1.600	Outras receitas (despesas) operacionais		25.937	(793)
		81.646	62.777	Passivo de arrendamento	12.1	33.978	–	Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		54.727	14.530
Depósito judicial	11	18.855	568	IRPJ e CSLL Diferido		9.537	–	Receitas financeiras	22	10.614	1.613
Impostos a recuperar	10	17.898	4	Patrimônio líquido				Despesas financeiras	22	(2.471)	(361)
		36.753	572	Capital social	18.a	4.211	4.211	Resultado financeiro líquido		8.143	1.252
Imobilizado	12	37.966	2.198	Reserva legal	18.b	843	843	Resultado antes do imposto de Renda e Contribuição Social		62.870	15.782
		37.966	2.198	Reserva de lucros	18.d	70.097	31.168	IRPJ e CSLL – corrente	16.c	(7.218)	(3.000)
		74.719	2.770	Total do passivo e patrimônio líquido		156.365	65.547	IRPJ e CSLL – Diferido		(9.537)	–
Total do ativo		156.365	65.547					Lucro líquido do exercício		46.115	12.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Reserva de lucros		Reserva de Lucros (prejuízos)		Total	
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros – Art. 196	Lucros a realizar		
Lucro Líquido do Exercício	27.299	5.459	18.102	–	–	50.860
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	–	–	–	12.782
Redução de capital social por cisão	(23.088)	–	–	–	–	(23.088)
Renumeração aos acionistas (R\$ 24,66 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(3.187)	(3.187)
Destinação para retenção de lucros	–	–	9.595	–	(9.595)	–
Transferência da reserva legal para reserva de lucros	–	(4.616)	4.616	–	–	–
Distribuição de dividendos adicionais	–	–	(1.145)	–	–	(1.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.211	843	31.168	–	–	36.222
Saldo em 1º de janeiro de 2021	4.211	843	31.168	–	–	36.222
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	46.115
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	–	–	–	46.115
Renumeração aos acionistas (R\$ 48,17 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(6.225)	(6.225)
Destinação para retenção de lucros	–	–	12.571	–	(12.628)	(57)
Destinação para reserva de lucros a realizar	–	–	–	27.262	(27.262)	–
Distribuição de dividendos adicionais	–	–	(904)	–	–	(904)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.211	843	42.835	27.262	–	75.151

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional – A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termo formadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de fast food do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos post-mix dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food.

Continuidade operacional: A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2. Base de preparação – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** – Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Notas Explicativas nos 8, 9 e 11** – teste de redução ao valor recuperável; principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; • **Nota Explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota Explicativa nº 21** – instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração** – As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **6. Principais políticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem essencialmente a receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são principalmente oriundas de juros sobre capital próprio. **c. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Imposto de Renda e Contribuição Social** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda – acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 mil – e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **g. Imobilizado:** (i). **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **i. Juros sobre o capital próprio:** De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são reduzidos dos Juros Sobre Capital Próprio, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. **m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2021: • **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual/Framework** – Revisão de conceitos e esclarecimentos; • **CPC 06 (R2) – Arrendamentos** – Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados; • **CP 15 (R1) – Combinação de Negócios** – Definição de "Negócios"; • **CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro** – Definição do conceito de "Material"; • **CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Definição do conceito de "Material"; • **CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação** – Taxa de juros de referência em hedge; e • **CPC 48 – Instrumentos Financeiros** – Taxa de juros de referência em hedge. As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o *International Accounting Standards (IASB)* trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo: • **IAS 1 – Presentation of Financial Statements** – definições na classificação de passivos circulantes e não circulantes; e • **IFRS 17 – Insurance Contracts** – normas aplicáveis para seguradoras. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	715	306
Aplicações financeiras	4.846	7.328
Total	5.561	7.634

Os saldos de caixa e banco conta movimento são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha. As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado, as datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimento referenciados em títulos de renda fixa remunerados a taxa média de 114,55% para o ano de 2021 (93,01% para o ano de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Nacionais	60.930	45.852
Estrangeiros	–	777
Total	60.930	46.629

As contas a receber de clientes correspondem aos valores oriundos das vendas de mercadorias aos clientes no decurso normal das atividades da Companhia. **Composição por idade de vencimento**

Em 31 de dezembro de 2021 existiam valores vencidos registrados na rubrica de contas a receber de clientes. A análise do vencimento desses valores a receber é a seguinte:

	2021	2020
Títulos a vencer	57.846	46.317
Títulos vencidos até 30 dias	1.659	33
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	1.220	–
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	48	–
Títulos vencidos acima de 181 dias	157	279
Total	60.930	46.629

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia possui controle razoável sobre a avaliação da PECLD, *continua...*

... continuação

não havendo necessidade de provisão para a posição de 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
9. Estoques		
Produtos em processo	6.045	3.416
Matérias-primas	2.514	680
Almoxarifados	1.215	1.192
Produtos acabados	2.277	864
Materiais auxiliares e embalagens	1.151	515
Total	13.202	6.667

	2021	2020
10. Impostos a recuperar		
IPI a recuperar	698	894
IRPJ e CSLL a compensar	264	185
IRRF a recuperar	-	3
PIS e COFINS a recuperar*	17.898	-
Total	18.860	1.082
Ativo circulante	962	1.082
Ativo não circulante	17.898	-
Total	18.860	1.082

PIS e COFINS a recuperar – Exclusão do ICMS da base de cálculo: Foi transitado em julgado a decisão acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com efeito a partir de 2007. A Administração efetuou levantamento dos seus créditos do período de 2003 a 2021, em conformidade com a decisão de repercussão geral do STF, que em 15 de março de 2017, analisou o processo relacionado a esse assunto, e, por seis votos a quatro, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02 de outubro de 2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinar pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão. Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado. A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. A Companhia reconheceu no exercício de 2021 o montante de R\$ 17.898, sendo o valor do principal de R\$ 8.472 e de atualização monetária sobre o indébito de R\$ 9.426, os montantes ora informados foram revisados e tiveram o suporte de consultoria externa, a qual aplicou os métodos em conformidade com a modulação do STF. A compensação dos créditos fiscais de PIS e COFINS serão efetuadas por meio de procedimento administrativo, cuja autoridade fiscal tem o prazo legal para executar o seu direito de fiscalizar a Companhia ou existir a homologação por prescrição.

	2021	2020
11. Depósitos judiciais		
Depósitos judiciais – COFINS*	18.553	-
Bloqueio judicial trabalhistas	302	-
Total	18.855	-

*A Companhia efetuou depósitos judiciais da COFINS judicialmente, que corresponde ao período de 12/2006 a 06/2021, correspondente ao montante de R\$ 18.553, e está no aguardo da decisão do juízo com relação ao valor que terá direito a restituir, isso decorre de que em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Devido a decisão do STF, modulando a forma de cálculo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia reverteu a provisão para riscos fiscais que havia provisionado contra o resultado do exercício, efetuando o registro do passivo fiscal diferido sobre o valor, e atualmente espera a liberação dos valores depositados judicialmente.

	Taxa		2021	2020
	depre- ciação (% a.a.)	Deprecia- ção acu- mulada		
12. Imobilizado				
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20	53.462 (51.692)	1.770	2.078
Móveis e utensílios	10	1.251 (1.240)	11	15
Ativo de direito de uso	10	40.150 (4.015)	36.135	-
Veículos	20	601 (551)	50	105
Total		95.464 (57.498)	37.966	2.198

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas atividades exercidas pela Companhia. (a) A Companhia comprou um imóvel em 2013, para aumentar o parque fabril, onde este imóvel está sendo reformado para que possa atender as necessidades da fábrica. A seguir, a movimentação do imobilizado em 2021 e 2020:

	2020		2021	
	Saldo final	Adi- ções	Transfe- rências	Depre- ciações
Terenos	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações	2.056	34	-	(367)
Móveis e utensílios	37	-	-	(4)
Veículos	105	-	-	(30)
Ativo direito de uso	-	40.150	-	(4.015)
Total	2.198	40.184	-	(4.416)

	2019		2020	
	Saldo final	Adi- ções	Transfe- rências	Depre- ciações
Terenos	9.240	-	-	-
Edifícios	14.090	-	-	(477)
Máquinas, equipamentos e instalações	2.493	184	(182)	-
Móveis e utensílios	33	9	-	(5)
Veículos	135	-	-	(30)
Total	25.991	193	(23.035)	(951)

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **Revisão do impairment:** A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado. **12.1 – Direito de Uso e Passivo de Arrendamento:** **Direito de uso:** A Poly-Vac possui contratos de arrendamentos referentes à contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização permanecem com o arrendador. O reconhecimento está apresentado em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil referente ao direito de uso dos compromissos de arrendamentos registrados no ativo imobilizado como direito de uso era de R\$ 36.135. **Passivo de Arrendamento:** As obrigações decorrentes de Arrendamentos de locação de imóveis, referentes à norma contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos, são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Em 31 de dezembro de 2021 a taxa média ponderada utilizada de desconto aplicada no reconhecimento dos contratos

de arrendamentos foi de 6,39%. Os saldos de passivo circulante e não circulante estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Passivo de arrendamento a pagar	48.600	-
Juros a apropriar – AVP	(11.440)	-
Total	37.160	-
Passivo circulante	3.182	-
Passivo não circulante	33.978	-
Total	37.160	-

	2021	2020
13. Fornecedores		
Fornecedores nacionais	22.835	20.351
Total	22.835	20.351

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possui fornecedores estrangeiros, não há operações de "Forfaiting" ou Risco Sacado e não há exposição cambial.

	2021	2020
14. Obrigações sociais		
Provisão para férias	655	749
INSS a recolher	920	837
Salários – Administração	828	710
FGTS a recolher	304	264
Encargos sociais – FGTS	52	117
Outros	70	72
Encargos sociais – INSS	97	46
Emprestimo consignado – Folha de pagamento	32	32
Total	2.958	2.827

	2021	2020
15. Impostos, taxas e contribuições		
IRRF a recolher	868	784
ICMS a recolher	1.204	848
COFINS a recolher	456	713
PIS a recolher	99	155
IPI a recolher	-	85
Outros	12	7
Total	2.639	2.592

	2021	2020
16. IRPJ e CSLL – a. IRPJ e CSLL a pagar		
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Total	-	-

b. Movimentação do saldo de IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido

	2021	2020
Saldos iniciais		
Constituição de provisão IRPJ e CSLL	7.217	3.000
Valores compensados de IRPJ e CSLL	-	-
IRPJ e CSLL Pagos no exercício	(7.470)	(3.161)
Saldos Finais	(253)	-

c. Reconciliação da taxa efetiva Lucro antes do IRPJ e CSLL

	2021	2020
Provisão para contingências trabalhistas	-	-
Despesas não dedutíveis	33	35
Disp.com juros arrendamento	2.409	-
Depreciação arrendamento Direito e Uso	4.015	-
Outros	832	538
Total	7.299	618

Exclusões:

	2021	2020
Juros sobre capital próprio	(6.225)	(3.187)
Frete e carretos	-	-
Comissões sobre vendas	(3.889)	(3.102)
Ordenados salários	(1.597)	(1.432)
Outras despesas	(515)	(593)
Outras obrigações trabalhistas	(671)	(629)
Descontos e abatimentos	(960)	(509)
Encargos sociais – FGTS	(97)	(50)
Encargos sociais – INSS	(127)	(114)
Feiras e Salões	-	(35)
Títulos incobráveis	-	(37)
Depreciação arrendamento	566	-
Total	(13.282)	(12.616)

20. Despesas de vendas

	2021	2020
Ordenados e salários	(3.477)	(3.108)
Serviços prestados	(670)	(1.482)
Férias	(486)	(482)
Outras despesas	(585)	(623)
Assistência médica	(355)	(338)
Encargos sociais – FGTS	(334)	(300)
Manutenção máquinas e outros	(177)	(220)
13° salário	(312)	(301)
Encargos sociais – INSS	(1.084)	(969)
Outras obrigações trabalhistas	(95)	(215)
Energia elétrica	(129)	(118)
Materiais de limpeza	(139)	(129)
Impostos e taxas	(61)	(69)
Depreciação	(78)	(109)
Despesas não dedutíveis	(21)	(19)
Depreciação arrendamento	(169)	-
Total	(8.172)	(8.482)

21. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Ordenados e salários	(3.477)	(3.108)
Serviços prestados	(670)	(1.482)
Férias	(486)	(482)
Outras despesas	(585)	(623)
Assistência médica	(355)	(338)
Encargos sociais – FGTS	(334)	(300)
Manutenção máquinas e outros	(177)	(220)
13° salário	(312)	(301)
Encargos sociais – INSS	(1.084)	(969)
Outras obrigações trabalhistas	(95)	(215)
Energia elétrica	(129)	(118)
Materiais de limpeza	(139)	(129)
Impostos e taxas	(61)	(69)
Depreciação	(78)	(109)
Despesas não dedutíveis	(21)	(19)
Depreciação arrendamento	(169)	-
Total	(8.172)	(8.482)

22. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Juros ativos	390	328
Atualização monetária de indébito tributário	9.426	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	337	158
Outras receitas financeiras	461	1.127
Total	10.614	1.613

Despesas Financeiras:

	2021	2020
Juros sobre arrendamento – CPC 06 (R2)	(2.409)	-
Juros passivos	(1)	(1)
Variação cambial passiva	-	(307)
Despesas bancárias e encargos financeiros	(61)	(53)
Total	(2.471)	(361)

Resultado financeiro líquido

	2021	2020
23. Instrumentos financeiros		
Exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. O risco proveniente das contas a receber pode ser considerado baixo, uma vez que a carteira de clientes da Companhia é bem pulverizada. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente a Companhia não possui histórico de perdas significativas. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pela Gerência Financeira, sob a qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam a permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a Gerência Financeira e a Diretoria na avaliação e concessão deste crédito. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:		

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.561	7.634
Contas a receber de clientes	60.930	46.629
Outras contas a receber	884	666
Total	67.375	54.929

24. Cobertura de seguros – Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros para danos materiais é de R\$ 218.355 (R\$ 214.228 em 31 de dezembro de 2020) e para lucros cessantes é de R\$ 108.297 (R\$ 107.824 em 31 de dezembro de 2020) para a Companhia. **25. Partes relacionadas – Remuneração da Administração:** Em 2021 e 2020, a Companhia remunerou por meio de honorários, juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas e o seu pessoal-chave (diretores estatutários da Companhia), no montante de R\$ 7.207 (R\$ 4.405 em 2020).

	2021	2020
Honorários à diretoria	77	73
Juros sobre o capital próprio	6.225	3.187
Dividendos propostos	-	-
Dividendos adicionais	905	1.145
Total	7.207	4.405

Posição a pagar aos acionistas em 2021 e 2020:

	2021	2020
Juros sobre o capital próprio	4.366	1.955
Dividendos	-	-
Total	4.366	1.955

Posição a pagar aos acionistas em 2021 e 2020:

	2021	2020
Saldo inicial	1.955	1.215
Constituição a pagar de Dividendos	904	1.145
Dividendos pagos	(904)	(1.765)
Constituição de JSCP, líquido de impostos	5.291	2.709
JSCP pago	(2.880)	(1.349)
Saldo Final	4.366	1.955

26. Impactos Covid-19 – A Pandemia do Covid-19 não afetou as operações, a Companhia teve elevação no volume de vendas, que impactou de forma positiva em seus resultados no exercício de 2021. Com relação ao número de contaminados pelo Covid-19, todos os casos foram controlados e não ocorreram casos que levaram a óbito, sendo todos curados. Segue abaixo os planos de ações que a Companhia implementou para o controle da Covid-19: • Aferição de temperatura na entrada da Companhia (colaboradores, prestadores e visitantes); • Distribuição de pontos com álcool gel por toda as localidades da Companhia; • Intensificamos a limpeza em alguns pontos com risco maior de contaminação (maçanetas e corrimões); • A Companhia na medida do possível monitora o distanciamento entre os colaboradores; • Foram definidas quantidade máxima de colaboradores nas mesas do Refeitório; • Intensificamos a comunicação sobre todos os cuidados em murais e na TV Corporativa; • Obrigatório a utilização de máscaras nas dependências da Companhia.

de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2021, no montante de R\$ 6.225 (R\$ 3.187 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório seja de 10% do resultado no exercício, ajustado na forma da lei, quando houver lucro no exercício. Dividendos adicionais podem ser distribuídos, desde que aprovado em ata. Em 2021 não houve dividendos, pois os Juros sobre o Capital Próprio superaram o percentual de 10% sobre o lucro do exercício. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	Valor
Lucro líquido do exercício	46.115
(-) Reserva legal	-
Base de cálculo	46.115
Juros sobre o capital próprio	6.225
% dos Juros sobre o capital próprio sobre o lucro do exercício	13,5%

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Patrimônio líquido – 31/12/2020

	2021	2020
Base para o cálculo	36.222	36.222
TJLP – acumul		

Publicidade Legal

POLY-VAC S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS				
Michela Brígida Aripoll – Diretora Presidente	Denis Aripoll Borenstein – Diretor	Sérgio Costa – Diretor Administrativo Financeiro	Marcos Antônio Lessa Silva – Gerente Financeiro	Keli Cristina da Silva – CRC 1SP 235.514/O-6
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis				
<p>Aos Administradores e Acionistas da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens – São Paulo-SP</p> <p>Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes às demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sobre o qual emitimos relatório datado de 16 de março de 2021, contendo modificação sobre a "Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Ausência de Reconhecimento pela não possibilidade de mensuração do valor. Esse assunto foi submetido aos procedimentos de auditoria do exercício corrente e não foi identificado impacto neste conjunto completo de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que</p> <p>compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional</p> <p>e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>				
São Paulo, 31 de março de 2022. BDO BDO RCS Auditores Associados Ltda. – CRC 2SP 015.165/O-8 Luiz Fernandes Carvalho Tenório – Contador CRC 1SP 264.072/O-9				

S.A. De Cimento, Mineração e Cabotagem Cimimar

CNPJ/ME nº 60.558.574/0001-01

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 9:00 hs. do dia 28.04.22, à Rua Joli, 273, sala 21, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Irben S.A. Administradora de Bens

CNPJ/ME nº 60.651.833/0001-44

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 11:00 hs. do dia 28.04.22, à Rua Joli, 273, sala 11, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Coframa S.A.

CNPJ/ME nº 48.082.184/0001-02

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 14:00 hs. do dia 28.04.22, à Rua Joli, 273, sala 5, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Matflex Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 72.875.412/0001-86

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 10:00 hs. do dia 28.04.22, à Rua Joli, 273, bloco C, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo

CNPJ/ME nº 61.596.078/0001-05

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 11:00 hs. do dia 29.04.22, à Rua Joli, 273, sala 1, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Moedas Globais: índice DXY do dólar avança, com sinais do Fed no radar

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, avançou nesta segunda-feira, com investidores ainda atentos à perspectiva de aperto monetário nos Estados Unidos. Em dia atípico, com feriado prolongado e mercados acionários fechados na Europa, investidores avaliaram também indicadores da China.

No fim da tarde em Nova York, o dólar subia a 126,94 ienes, o euro caía a US\$ 1,0783 e a libra tinha baixa a US\$ 1,3007. O índice DXY subiu 0,46%, a 100,781 pontos, estendendo os ganhos da semana anterior.

Investidores aguardavam evento com o presidente do Fed de St. Louis, James Bullard, com horário previsto já para depois do fechamento das bolsas em Nova York. Com direito a voto nas decisões de política monetária neste ano, Bullard tem defendido um aperto rápido na política monetária, alertando para a força e a persistência da inflação. Nesse contexto, no fim da tarde estavam em 88,8% as apostas de uma alta de 50 pontos-base nos juros em maio pelo Fed, e em apenas 11,2% as de uma elevação de 25 pontos-base.

Isto é Dinheiro

Capgemini Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 65.599.953/0001-63 – NIRE 35.300.178.815

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022

1. Data, Horário e Local: Em 28 de março de 2022, via deliberação eletrônica. 2. Convocação:

Notificação de convocação eletrônica enviada aos senhores membros do Conselho de Administração

no dia 28 de março de 2022, com apresentação da Agenda e Material, nos prazos e nos termos do §

1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. 3. Presença e votação eletrônica: Membros do

Conselho: Srs. Aruna Jayanthi (AJ); Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus (AM); Maurizio

Mondani. Diretores Estatutários: Maurizio Mondani (MM) e João Leonardo da Silva Gomes Figueira

(JF). Secretária do Conselho: Roberta Cirino Augusto Cordeiro (RC). Mesa: Presidente: Aruna

Jayanthi; Secretária: Roberta Cirino Augusto Cordeiro. 4. Ata Sumária: Elaboração e publicação

desta ata em forma de sumário (com omissão de assinaturas), apresentando a pauta das deliberações

ocorridas, conforme permitido pelo artigo 130, § 1º e 2º, da Lei das S.A. 5. Ordem do dia: Deliberar

sobre as seguintes matérias: (I) Aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais de 2021. 6.

Deliberações: Os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e, sem quaisquer restrições,

aprovaram as seguintes deliberações: 6.1. Recomendar e Aprovar: a convocação da Assembleia

Geral Ordinária da Companhia a fim de apreciar os resultados das operações da Companhia, eleger

os novos membros do Conselho de Administração e deliberar acerca de demais assuntos de interesse

dos Acionistas conforme já recomendado nas Reuniões do Conselho anteriores, aprovando, desde já,

o Balanço, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao

exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. 7. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais

havendo a tratar, foi lavrada a presente ata sumarizada que, depois de lida e conferida, foi por todos

aprovada. Certificamos que a presente é cópia fiel dos atos deliberados eletronicamente em resposta

ao correio eletrônico enviado pela Secretária do Conselho. Barueri/SP, 28 de março de 2022. Roberta

Cirino Augusto Cordeiro – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro

sob o nº 198.631/22-4 em 13/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 08.455.185/0001-30 – NIRE 35.300.353.161

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Reinaldo Bertin, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso

das atribuições que lhe confere o artigo 10, parágrafo segundo, do Estatuto Social, c/c. o artigo 123,

da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Águas de Itu Ges-

tão Empresarial S.A. – Em Recuperação Judicial, a ser realizada nesta Capital do Estado de São

Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 8º andar, e simultaneamente via videoconferência, tal

como autorizado pelo art. 121 parágrafo segundo, da Lei 6.404 de 1976, por meio do link <https://us02web.zoom.us/j/81411799142?pwd=bEdCaVlRUWxJWlhCQWY1MkcyY2N6Zz09>, no dia 29 de

abril de 2022, às 11:00 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4

(três quartos) do capital social, e às 11:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de

presenças, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte Ordem do Dia. a) tomar as contas

dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício

encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e

sobre a eventual distribuição de dividendos. Informações Gerais: Os acionistas que assim quiserem

podem ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos

no Estatuto Social da Companhia. A documentação referente às deliberações está disponível desde

o dia 25 de março de 2022, nos termos da legislação de regência. São Paulo, 13 de abril de 2022.

Reinaldo Bertin – Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 19/04/2022)

Estrangeiro aumenta posição 'vendida' em taxa de juro

Os investidores estrangeiros aumentaram na quinta-feira, 14, as posições vendidas no mercado de juros, em termos líquidos. O estoque dos contratos em aberto vendidos em taxas/comprados em PU (aposta na queda da taxa Selic) desses players passou de 2.818.143 para 2.833.471 contratos em aberto, uma diferença de 15.328 contratos. As informações

são da B3.

Os investidores locais reduziram a posição líquida vendida em taxa, passando de 2.888.866 para 2.851.007 contratos em aberto, com menos 37.859 contratos.

Já os bancos, por sua vez, diminuíram a posição líquida comprada em taxa, com o estoque passando de 5.555.017 para 5.536.635 contratos em aberto, uma redução de 18.382 contratos.

Isto é Dinheiro

Pensalab Equipamentos Industriais S/A

CNPJ/ME nº 01.382.559/0001-96

Balancão Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 (Valores em Reais)				Apuração dos Custos das Mercadorias Vendidas (Valores em Reais)			
2021		2020		2021		2020	
Ativo	59.392.936,75	32.826.478,28	Passivo	59.392.936,75	32.826.478,28	Estoque inicial	11.595.042,00
Ativo circulante	57.385.318,63	32.303.798,17	Passivo circulante	15.578.402,47	4.478.326,81	(+) Compras de mercadorias	54.502.647,44
Disponível	5.842.827,05	7.385.749,32	Exigível a curto prazo	15.578.402,47	4.478.326,81	(-) Estoque final	(19.078.895,67)
Caixa	175.688,97	236.438,58	Fornecedores	1.129.790,10	1.158.174,85	Custo de mercadorias vendidas	47.018.793,77
Bancos c/ movimento	5.667.138,08	7.149.310,74	Fornecedores exterior	2.917.242,00	891.040,07	Apuração das vendas líquidas	
Realizável	32.463.595,91	13.323.006,62	Obrigações trabalhistas/sociais	2.072.733,64	701.098,04	Vendas de mercadorias	99.932.023,55
Clientes e adtos	29.538.230,21	12.327.801,19	Obrigações fiscais	3.250.659,77	1.131.167,81	(-) Vendas anuladas	(3.219.658,48)
Outras contas a receber	21.717,72	33.422,47	Outras obrigações	3.935.213,63	596.846,04	(-) Lcms sobre vendas	(6.742.446,08)
Antecipações ativas	646.066,35	535.556,08	Provisões operacionais	2.272.763,33	-	(-) Pis sobre faturamento	(565.538,09)
Tributos a recuperar	2.257.581,63	426.226,88	Patrimônio líquido	43.814.534,28	28.348.151,47	(-) Cofins sobre faturamento	(2.610.175,80)
Estoques	19.078.895,67	11.595.042,23	Capital social	2.000.000,00	2.000.000,00	(-) Ipi sobre vendas	(2.964.059,15)
Produtos, partes e peças	19.078.895,67	11.595.042,23	Reservas de lucro	122.217,63	122.217,63	Vendas líquidas	83.830.145,96
Ativo não circulante	2.007.618,12	522.680,11	Reserva legal	122.217,63	122.217,63	Apuração do resultado da conta de mercadorias	
Imobilizado	879.649,01	508.447,32	Lucros e prejuízos acumulados	41.692.316,65	26.225.933,84	Vendas líquidas	83.830.145,96
Equipamentos de informática	1.272.757,55	1.030.128,78	Resultados acumulados de exercícios anteriores	23.225.933,84	21.052.309,97	(-) Custo de mercadorias vendidas	(47.018.793,77)
Móveis e utensílios	290.572,46	288.272,46	Resultado do exercício	18.466.382,81	5.173.623,87	Resultado da conta mercadorias	36.811.352,19
Instalações	86.485,50	86.485,50	Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Valores em Reais)				
Equipamentos outros	378.442,70	307.457,82					
Ferramentas e utensílios	281.644,57	226.356,53					
Benefícios em imóveis de terceiros	341.906,42	341.906,42					
(-) Depreciações acumuladas	(1.772.160,19)	(1.772.160,19)					
Bens intangíveis	1.127.969,11	14.232,79					
Software/exploração de marcas	1.425.140,58	71.404,26					
(-) Amort software/marcas e patentes	(297.171,47)	(57.171,47)					
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras							
01. Contexto Operacional: A empresa tem como atividade principal, comércio atacadista de Máquinas e Equipamentos para uso Industrial parte e peças. 02. Apresentações das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações financeiras estão elaboradas de acordo com os princípios contábeis, estabelecidos pela lei das sociedades por ações, Lei 6.404/76. 03. Principais práticas contábeis: a) Apuração do Resultado: O resultado apurado pelo regime de competência do exercício b) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante- Os ativos são representados pelo valor do custo ou realização, incluso quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos c) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante- São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridas 04. Capital Social e Dividendos: a) O Capital Social totalmente subscrito e integralizado representado por R\$ 2.000.000 (Dois milhões) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00; b) A Empresa distribuiu R\$ 3.000.000,00 (Tres Milhões Reais) a título de lucros e dividendos.							
Bruna Carolina Rodrigues de Almeida Kurtinaitis – Diretora Presidente – CPF: 310.513.638-02				Antonio Carlos Lemos Segura – Contador CT CRC: 1SP 198.562/O-6			

Ouro fecha em alta, com guerra e alta da inflação

O contrato mais líquido do ouro fechou em alta nesta segunda-feira, 18, em sessão na qual os temores inflacionários fazem com que o metal apareça com refúgio. Outro tema que também reforça a busca por segurança é a continuidade da guerra na Ucrânia, conflito que vem levando dificuldades para a economia global em um cenário de redução de crescimento e alta do preços, e que não aponta indícios de uma resolução em breve.

O ouro para junho encerrou a sessão com valorização de 0,58%, a US\$ 1.986,40 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Os temores inflacionários e a fraqueza econômica global aumentam os preços dos metais preciosos, à medida que os investidores continuam buscando ativos portos seguros devido à incerteza.

“O ouro se beneficia diretamente dos efeitos inflacionários do conflito entre Rússia e Ucrânia, que agora são mais significativos do que os desenvolvimentos militares diretos no sentido de mercado”, disse Stephen Innes, sócio-gerente da SPI Asset Management, em nota.

“Essas consequências fabricaram um ambiente hiperinflacionário que vê os investidores de ouro estocando no papel e no físico para a eventual procissão para a recessão”, avalia Innes.

Num cenário de preocupação geopolítica, o Banco Mundial reduziu sua projeção para o crescimento da economia mundial neste ano, de 4,1% a 3,2%, devido aos impactos da invasão da Rússia, afirmou o presidente da instituição, David Malpass, nesta segunda-feira.

Segundo ele disse a repórteres, as projeções para muitos países em desenvolvimento e avançados foram reduzidas agora, por causa de saltos nos preços de alimentos e energia.

Isto é Dinheiro

S.A. Indústrias Mataraz do Paraná

CNPJ/ME nº 61.594.396/0001-37

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 15:00 hs. do dia 28.04.22, à Rua Joli, 273, sala 22, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Constran Internacional Construções S.A.

CNPJ/ME nº 32.239.244/0001-18 – NIRE 35.300.529.103

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 07 de abril de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 07 dias do mês de abril de 2.022, às 14 horas, na sede social da Constran Internacional Construções S.A., localizada na Capital do Estado do São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2.100, 1º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-913 (“Companhia”). **2. Presença:** Presente os Acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, ficando assim dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos por José Roberto Maluf Moussalli e secretariados por Valéria Silva. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) relatório da Diretoria, Balancão Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.021; (ii) Relatório dos Auditores Independentes; (iii) Destinação do resultado do período com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2.021; (iv) autorização da Companhia para (iv.1) a apresentação de proposta(s) comercial(is) (“Propostas Comerciais”) para terceiros; (iv.2) a assinatura de contrato(s) com cliente(s) (“Contratos com Clientes”); (iv.3) a constituição de Consórcios; (iv.4) a assinatura de contratos de constituição de garantias, penhor, caução, usufruto, encargo ou qualquer tipo de operação ou gravame sobre ativos da Companhia em valor superior a R\$ 2.000.000,00 (“Contratos de Garantia”); (vi) as providências para implementação das deliberações tomadas em Assembleia. **5. Lavratura da Ata:** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura da Acionista, nos termos do Art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente. **6. Deliberações:** Após análise e discussão, os Acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, sem restrições, decidiram: **6.1.** Aprovar o Relatório da Diretoria, Balancão Geral e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.021, documentos esses publicados no jornal “Data Mercantil”, impresso e plataforma digital, ambos no dia 07 de Abril de 2021; **6.2.** Aprovar o Relatório dos Auditores Independentes; **6.3.** Devido aos resultados apurados no exercício, não haverá distribuição de dividendos aos Acionistas; **6.4.** não instalar o Conselho Fiscal; **6.5.** prorrogar até 31 de Agosto de 2.023 a autorização da Companhia para, (a) apresentar Propostas Comerciais e/ou (a.1) assinar Contratos com Clientes, ambos no valor de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), por ato, (a.2) constituir Consórcios, (a.3) assinar Contratos de Garantia até o valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), por ato; e (b) autorizar à Diretoria da Companhia a celebrar todos os atos necessários para efetivação das deliberações previstas no item “a” acima. **6.6.** Autorizar à Diretoria da Companhia a celebrar todos os atos necessários para efetivação das deliberações da presente Assembleia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Confere com a original lavrada em livro próprio. José Roberto Maluf Moussalli** – Presidente; **Valéria Silva** – Secretária – OAB/SP nº 218.501. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 199.820/22-3 em 14/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ABRAPHE – Associação Brasileira

de Pilotos de Helicóptero

CNPJ/ME nº 02.344.804/0001-33

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente, Sr. **Thales Augusto Dzioba Pereira**, convoca os membros e associados da **ABRAPHE – Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero (“Associação”)** para reunirem-se no dia 27 de abril de 2022, às 19:00 horas em primeira chamada, ou caso não haja quórum mínimo para início dos trabalhos, às 19:30 horas, com qualquer quórum, no Auditório da Go Air – Aeroporto Campo de Marte – Avenida Olavo Fontoura, 1078 – St. C – Lt. 07 – Santana – São Paulo-SP – CEP: 02012-021, para: **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:** a) Leitura da Ata da AGO do exercício anterior; b) Apreciar, discutir e votar o relatório da Diretoria, Balancão Financeiro e Balancão Patrimonial referente aos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021; Resumo das Contas 2020: Receita: R\$ 393.882,55; Despesas: R\$ 352.772,86; Resultado: **R\$41.109,69**; e Patrimônio Líquido: R\$41.110,00. Resumo das Contas 2021: Receita: R\$ 357.993,96; Despesas: R\$ 364.560,99; Resultado: **(R\$6.567,03)**; e Patrimônio Líquido: R\$29.236,00. c) Apreciar, discutir e votar a Previsão Orçamentária e o Plano de Atividades para o exercício referente ao ano de 2022, caso a atual Diretoria permaneça; d) Autorizar a permanência, aprovar e ratificar os atos realizados pela atual Diretoria e Conselho Fiscal, até que sobrevenha a realização de nova eleição, haja vista a ausência de inscrição de chapa e de candidatos interessados para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiro Fiscal; e) Deliberar sobre a possibilidade de realizar no exercício corrente, novo procedimento de inscrição de candidatos e formação de chapas, viabilizando a condução do processo eleitoral da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, seguindo os trâmites estabelecidos pelo Artigo 31 do Estatuto da Associação; f) Apreciar, discutir e votar a reforma do Estatuto da Associação; g) Tratar de assuntos de interesse geral da categoria e dos associados. São Paulo, 19 de abril de 2022.

Thales Augusto Dzioba Pereira – Presidente

(19, 20 e 21/04/2022)

VRE D2 S/A

CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28 - NIRE 35.300.451.007

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14/04/2022

Data, Hora e Local: 14/04/2022, às 10 horas, na sede da Cia. **Convocação e Presença:** Dispensada, totalidade. **Mesa:** Presidente: Thiago Bellini Motta Leomil. Secretário: Marcelo Rezende Rainho Teixeira. **Ordem do Dia e Deliberações por Unanimidade:** 1. Nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, aprovar a redução do capital social da Cia, por julgá-lo excessivo à consecução de seus objetivos sociais, dos atuais R\$ 13.230.762,00, para R\$ 11.730.762,00 mediante o cancelamento de 1.500.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de titularidade dos acionistas, respeitada a proporção de ações ordinárias detidas por cada acionista, com a consequente restituição do valor de R\$ 1.500.000,00, na proporção das ações ordinárias detidas por cada um no capital social total da Cia. 2. A eficácia da redução de capital ora aprovada está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 dias contado da publicação da presente ata, sem que ocorra a oposição de credores, ou, caso haja oposição, ao pagamento ou depósito judicial das quantias reclamadas pelos opositores, nos termos do Artigo 174, §2º, da Lei das S.A., de modo que capital social da Cia, passará a ser de R\$ 11.730.762,00 divididos em 11.730.762 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Diante do acima disposto a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Cia passará a ser a seguinte: “Artigo 5. - O capital social é de R\$ 11.730.762,00 divididos em 11.730.762 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional”. 3. Por fim, os acionistas resolveram, autorizar os Diretores da Cia a praticarem todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 14/04/2022. Thiago Bellini Motta Leomil - Presidente, Marcelo Rezende Rainho Teixeira - Secretário. Acionista: Vista Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário.

Agrícola Itaipava S.A.

CNPJ/ME nº 48.441.745/0001-12

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 10:00 hs. do dia 29.04.22, à Rua Joli, 273, sala 17, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Agro-Industrial Amália S.A.

CNPJ/ME nº 60.560.257/0001-20

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 14:00 hs. do dia 29.04.22 à Rua Joli, 273, sala 16, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

Heber Participações S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 01.523.814/0001-73 – NIRE 35.300.346.882

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Silmar Roberto Bertin, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, parágrafo único, do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da **Heber Participações S.A. – Em Recuperação Judicial**, a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 8º andar, e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 121, parágrafo segundo, da Lei 6.404/76, por meio do link <https://us02web.zoom.us/j/81411799142?pwd=bEdCaIVRUWxJWlhCQWY1MkcyY2N6Z090>, no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 10:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte Ordem do Dia: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de dividendos. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia. A documentação referente às deliberações está disponível na sede da Companhia desde 25 de março de 2022, nos termos da legislação de regência. São Paulo, 13 de abril de 2022. **Silmar Roberto Bertin** – Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 19/04/2022)

Sulema S.A.

CNPJ/ME nº 47.673.231/0001-20

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, às 16:00 hs. do dia 28.04.22, à Rua Joli, 273, sala 25, para deliberar sobre eleição da Diretoria. São Paulo, 15 de abril de 2022. **A Diretoria.** (14, 15 e 19/04/2022)

... continuação

relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 4 m (i) e 7** – Contas a receber: mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda; • **Nota explicativa 8** – Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques; • **Nota explicativa 14** – Análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro; • **Nota explicativa 17** – principais premissas em relação aos valores recuperáveis. A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios do Grupo para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão; • **Nota explicativa 24** – Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. (iii) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 5 – Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros.

4. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a – ou tem direito sobre os – retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas; Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Empresas controladas; Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. **b. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **c. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; – é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou – é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **d. Reconhecimento de receitas:** O Grupo segue os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: • Identificar o contrato com o cliente; • Identificar as obrigações de desempenho no contrato; • Determinar o preço das transações; • Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; • Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. **Venda de produtos:** Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas: • A

Uni.Co S.A.

Companhia transferiu ao franqueado e lojista os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • Nas operações de e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 1%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. • Receita de royalties e serviços: • A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência. **e. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras. **g. Investimentos:** Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. **h. Imobilização: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilização. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

Vida útil

Equipamentos de processamento de dados	05 anos
Instalações	12 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de segurança	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Intangíveis: Reconhecimento e Mensuração:** **Softwares:** Os softwares são reconhecidos pelo custo, através do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Vida útil

Marcas e patentes	12 anos
Carteira de clientes	05 anos
Softwares	02 a 05 anos

j. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: (i) Arrendamentos: Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) o Grupo tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que o Grupo tem o direito de tomada de decisão para alterar como

para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **k. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: 1) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que refletem os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira. **l. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) (i) Ativos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: – é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e imposto de renda diferido) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **m. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. As controladas Imaginarium Franchising S/A e Mone Gestão de Franquias e Participações Eireli tributam seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo

continua ...

... continuação

Uni.Co S.A.

	Uni.co Comércio		Imaginarium Franchising		Controladora	
	100%	100%	100%	100%	MinD	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	46.431	14.172	60.603			
Integralização de capital	15.000	-	15.000			
Equivalência patrimonial	(7.322)	4.096	(14)	(3.240)		
Dividendos pagos	-	(9.220)	(9.220)			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(1.024)	(1.024)			
Baixa de investimento	-	-	14			
Ajuste acumulado de conversão	(488)	-	(488)			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.621	8.024	61.645			

Informações sobre investimentos em controladas: O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas durante o exercício:

	31 de dezembro de 2021			
	Participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Lucro ou prejuízo
Uni.co Comércio S.A	100,00%	156.996	32.208	(7.322)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	662	4.026	4.096
MinD	100,00%	-	-	(14)

	31 de dezembro de 2020			
	Participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Lucro ou prejuízo
Uni.co Comércio S.A	100,00%	136.996	20.022	(49.479)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	662	10.174	592
Empoli Franchising S/A	100,00%	7.069	-	450

15. Imobilizado – O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações do Grupo.

(a) Composição do imobilizado

	2021			2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil
Equipamentos de processamento de dados	7.335	(5.641)	1.694	4.156	(2.680)	1.476
Instalações	4.335	(1.274)	3.061	5.288	(2.037)	3.251
Máquinas e equipamentos	1.789	(890)	899	3.191	(2.257)	934
Móveis e utensílios	3.111	(2.483)	628	1.478	(761)	717
Total	16.570	(10.288)	6.282	14.113	(7.735)	6.378

(b) Movimentação do imobilizado

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2020			Depreciação	Saldo em 31/12/2021		
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2021		
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.476	839	-	(621)	1.694		
Instalações	10%	3.251	225	-	(415)	3.061		
Máquinas e equipamentos	10%	934	142	(12)	(165)	899		
Móveis e utensílios	10%	717	91	-	(180)	628		
Total		6.378	1.297	(12)	(1.381)	6.282		

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2019			Depreciação	Saldo em 31/12/2020		
		Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2020		
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.297	345	(22)	(1.144)	1.493		
Instalações	10%	3.698	1.805	(1.919)	(333)	3.110		
Máquinas e equipamentos	10%	1.554	395	(707)	(308)	1.065		
Móveis e utensílios	10%	975	237	(159)	(336)	689		
Total		8.524	2.782	(2.807)	(2.121)	6.378		

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2021 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

16. Intangível – (a) Composição do intangível

	2021			2020		
	Custo	Amortização/ Impairment acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização/ Impairment acumulada	Valor contábil
Softwares	3.476	(1.404)	2.072	2.469	(1.383)	1.086
Marcas e patentes – Imaginarium (a1)	2.611	-	2.611	2.611	-	2.611
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a2)	11.885	(3.764)	8.121	11.885	(2.823)	9.062
Carteira de clientes (b)	16.947	(13.619)	3.328	15.603	(9.261)	6.342
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	21.412	21.412	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	1.387	1.387	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	-	-	-	-	(1.096)	-
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	21.818	21.818	-	21.818
Total	79.536	(18.787)	60.749	78.281	(14.563)	63.718

(b) Movimentação do intangível

	Saldo em 31/12/2020				Amortização	Saldo em 31/12/2021			
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização		Saldo em 31/12/2021			
Softwares	1.086	1.572	-	(586)	2.072				
Marcas e patentes – Imaginarium (a1)	2.611	-	-	-	2.611				
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a2)	9.062	-	-	(941)	8.121				
Carteira de clientes (b)	6.342	-	-	(3.014)	3.328				
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	-	-	21.412				
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	-	-	1.387				
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	-	-	(501)	-	-				
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	-	-	21.818				
Total	63.718	1.572	-	(4.541)	60.749				

	Saldo em 31/12/2019				Amortização	Saldo em 31/12/2020			
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização		Saldo em 31/12/2020			
Softwares	1.590	327	-	(831)	1.086				
Marcas e patentes – Imaginarium (a1)	2.611	-	-	-	2.611				
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a2)	11.885	-	-	(2.823)	9.062				
Carteira de clientes (b)	9.355	-	-	(3.013)	6.342				
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	-	-	21.412				
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	-	-	1.387				
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	501	-	(501)	-	-				
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	-	-	21.818				
Total	70.559	327	(501)	(6.667)	63.718				

d. Movimentação dos arrendamentos

Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/2020		Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/2021
		em 01/01/2020	Adições									
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	429	-	(70)	8	(367)	-	-	-	-	-	-
Uni.Co Comércio	CD São José	529	-	(536)	7	-	-	-	-	-	-	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	16.662	800	(2.235)	1.260	-	16.487	1.828	(1.867)	911	(7.978)	9.381
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	442	-	(77)	7	(372)	-	-	-	-	-	-
Imaginarium Franchising	CD São José	147	-	(149)	2	-	-	-	-	-	-	-
Imaginarium Franchising	Trindade	-	27	(18)	1	-	10	-	(10)	-	-	-
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	-	3.483	(239)	202	-	3.446	166	(1.003)	204	-	2.813
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	947	-	(985)	38	-	-	-	-	-	-	-
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	1.893	-	(163)	48	(1.778)	-	-	-	-	-	-
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	933	-	(115)	23	(841)	-	-	-	-	-	-
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	-	-	-	-	-	9.806	(813)	387	-	-	9.380
Uni.co Hong Kong	Escritório	-	1.111	(135)	17	-	993	196	(397)	42	(96)	738
		21.982	5.421	(4.722)	1.613	(3.358)	20.936	11.996	(4.090)	1.544	(8.074)	22.312

As adições representam a contratação de novos contratos de arrendamentos, ou a atualização anual dos contratos de arrendamentos.

e. Estimativa de realização do passivo de arrendamento

	Consolidado		
	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente do passivo de arrendamento
2021	-	-	-
2022	4.613	(1.566)	3.047
2023	4.422	(1.351)	3.071
2024	4.134	(1.137)	2.997
2025 em diante	15.980	(2.783)	13.197
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.149	(6.837)	22.312

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 8% e representam a taxa incremental de financiamento.

18. Empréstimos e financiamentos

Controlada	Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	2021		2020	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Uni.Co Comércio	Brasil CCB	CDI + 3,00% a.a	Out/2024	1.493	-	9.334	-
Uni.Co Comércio	Brasil	CDI + 3,93 % a.a.	Out/2025	3.598	52.786	-	45.187
Uni.Co Comércio	Brasil	FINIMP	CDI + 1,98 % a.a.	Abr/2022	9.960	-	-
IMB Têxtil	Brasil	Capital de giro	CDI + 3,41 % a.a.	Set/2022	7.382	-	1.716
IMB Têxtil	Brasil	CCB	CDI + 3,00 a.a.	Out/2024	2.717	35.119	554
				25.150	87.905	11.604	90.186

Os empréstimos de CCB do Banco do Brasil e Banco Itaú estão garantidos por recebíveis, conforme nota explicativa 6. CCB = Cédula de crédito bancário. A movimentação dos empréstimos e financiamento no exercício deu-se da seguinte forma:

Movimentação

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	101.790	115.186
(+) Captações	9.758	98.184
(+/-) Variação cambial s/ empréstimos	288	324
(+/-) Operações de derivativos s/ empréstimos e financiamentos	(132)	-
(+) Juros acumulados	7.697	8.759

(a1) O Grupo adquiriu os direitos sobre o nome comercial "Imaginarium". Ao longo dos anos, o Grupo desenvolveu uma marca que é reconhecida em seu segmento de mercado. Tal marca foi mensurada pelo montante de R\$ 2.611, e não possui vida útil definida; é testada anualmente por meio de fluxo de caixa descontado para verificar perdas por impairment; (a2) Na aquisição da controlada indireta IMB Têxtil S.A. pela controlada direta Uni.co Comércio S/A, foram identificados por meio de um laudo de avaliação da empresa certos ativos intangíveis. Marcas e patentes possui vida útil de 12 anos. (b) Refere-se principalmente a carteira de clientes, referente a aquisição da IMB Têxtil S.A. mencionada na nota (a2). Possui vida útil de 5 anos. (c) Refere-se ao ágio pago na aquisição do Grupo Imaginarium. O referido ágio é testado anualmente por meio de fluxo de caixa descontado para verificar perdas por impairment. Caso perdas por impairment sejam identificadas os valores são reconhecidas como despesa. (d) Refere-se ao ágio pago na aquisição dos 25% remanescentes da controlada Empoli Franchising S.A. Em 31 de dezembro de 2020 a controlada direta Empoli Franchising S/A foi encerrada e o valor remanescente do ágio baixado. **Testes de não recuperação do ágio e intangíveis com vida útil indefinida:** O ágio e ativos intangíveis com vida indefinida foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. (i) Definição de Unidade Geradora de Caixa (UGC): O grupo definiu como UGC o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. As UGC foram divididas entre: • UGC Imaginarium – Refere-se as empresa Imaginarium Franchising S/A e Uni.co Comércio S/A; • UGC Puket – Refere-se as empresas Mone Gestão de Franquias e Participações Eireli e IMB Têxtil S.A. Os valores contábeis sujeitos a teste são os ágios gerados na aquisição da empresa, somado ao capital de giro da unidade geradora de caixa. As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual do Grupo e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pela Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, o Grupo não identificou perdas por não recuperação dos ágios e ativos intangíveis de vida útil indefinida.

17. Operações de arrendamentos – Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, as controladas possui contratos classificados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme mencionado na nota 3. A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculada sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato. Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

a. Composição do ativo de direito de uso – Arrendamentos

Empresa	Imóveis	Período de Depreciação	2021		2020	
			Custo	Depreciação líquida	Custo	Depreciação líquida
Uni.co Comércio	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	11.684	(3.734)	7.950	17.834
Franchising	Escritório Trindade	Até abril/2020	-	-	27	(18)
IMB	Escritório Vila Olímpia	Até janeiro/2025	3.649	(1.373)	2.276	3.483
IMB	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	9.806	(592)	9.214	-
Uni.co HK	Escritório HK	Até julho/2023	1.210	(554)	656	1.111
			26.349	(6.253)	20.096	22.455

b. Movimentação do direito de uso de arrendamentos

Empresa	Imóveis	Prazo médio em anos	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas (a)	Saldo em 31/12/2020			Saldo em 31/12/2021		
						Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (a)	Saldo em 31/12/2021		
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	659	-	(659)	-	-	-	-	-	-
Uni.Co Comércio	CD São José	1	1.070	-	(1.070)	-	-	-	-	-	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	17.034	800	-	17.834	1.828	(7.978)	-	-	11.684
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	697	-	(697)	-	-	-	-	-	-
Imaginarium Franchising	CD São José	1	299	-	(299)	-	-	-	-	-	-
Imaginarium Franchising	Trindade	1	-	27	-	27	-	(27)	-	-	-
	Sede São Paulo	5	-	3.483	-	3.483	166	-	-	-	3.649
IMB TÊ											

Uni.Co S.A.		Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2020
Segue movimentação da provisão:					
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2020
CSRF a recolher	93	30	126		
IRRF a recolher	30	9	98		
Outros	-	321	499		
	124	9.987	14.657		
Passivo Circulante	124	6.830	14.322		
Passivo Não circulante	-	3.157	335		
22. Imposto de renda e contribuição social					
(a) Composição IR e CSLL a pagar					
	2021	2020	2021	2020	2020
IRPJ a recolher	-	3.641	3.633		
CSLL a recolher	-	1.345	1.332		
	-	4.986	4.965		
Passivo Circulante	-	3.246	4.965		
Passivo Não circulante	-	1.740	-		
(b) Reconciliação do resultado – i. Controladora – Lucro real					
	2021	2020	2021	2020	2020
Resultado antes dos impostos	(3.433)	(54.389)	(3.433)	(54.389)	(54.389)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	1.167	18.492	1.167	18.492	18.492
Exclusões permanentes:					
Equivalência patrimonial	(1.102)	(16.469)	(1.102)	(16.469)	(16.469)
Outras adições /exclusões	-	(543)	-	(543)	(543)
Imposto de renda e contribuição social	66	1.480	66	1.480	1.480
Alíquota efetiva	(1.90%)	(2.72%)	(1.90%)	(2.72%)	(2.72%)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(66)	(1.480)	(66)	(1.480)	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
ii. Consolidado – Lucro real					
	2021	2020	2021	2020	2020
Resultado antes dos impostos	3.755	(49.263)	3.755	(49.263)	(49.263)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	(1.277)	16.749	(1.277)	16.749	16.749
Adições/exclusões permanentes:					
Despesa indedutíveis	(618)	(477)	(618)	(477)	(477)
Ágio sobre investimentos	-	(1.379)	-	(1.379)	(1.379)
Preço transferência	(315)	(1.158)	(315)	(1.158)	(1.158)
Outras adições/exclusões permanentes	(4.763)	(4.654)	(4.763)	(4.654)	(4.654)
Imposto de renda e contribuição social	(6.973)	9.082	(6.973)	9.082	9.082
Alíquota efetiva	(185,6%)	(18,4%)	(185,6%)	(18,4%)	(18,4%)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(7.267)	(15.406)	(7.267)	(15.406)	(15.406)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias não reconhecido	(48)	(3.907)	(48)	(3.907)	(3.907)
Imposto presumido controladas (vide iii)	7.101	4.463	7.101	4.463	4.463
Imposto de renda e contribuição social	(7.187)	(5.768)	(7.187)	(5.768)	(5.768)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.159)	(4.463)	(7.159)	(4.463)	(4.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28)	(1.305)	(28)	(1.305)	(1.305)
Imposto de renda e contribuição social	(7.187)	(5.768)	(7.187)	(5.768)	(5.768)
iii. Controlada – Lucro presumido					
	2021	2020	2021	2020	2020
Receita bruta serviços	61.882	39.339	61.882	39.339	39.339
IRPJ calculado pelas alíquotas fiscais (4,8%)	(2.970)	(1.888)	(2.970)	(1.888)	(1.888)
Outras receitas	1.224	682	1.224	682	682
IRPJ renda calculado pelas alíquotas fiscais (15%)	(184)	(102)	(184)	(102)	(102)
Base de cálculo adicional (32%) (-) 20 mil mês	20.546	12.790	20.546	12.790	12.790
IRPJ adicional calculado pelas alíquotas fiscais (10%)	(2.055)	(1.279)	(2.055)	(1.279)	(1.279)
Receita bruta serviços	61.882	39.339	61.882	39.339	39.339
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (2,88%)	(1.782)	(1.133)	(1.782)	(1.133)	(1.133)
Outras receitas	1.224	682	1.224	682	682
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (9%)	(110)	(61)	(110)	(61)	(61)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(7.101)	(4.463)	(7.101)	(4.463)	(4.463)
Alíquota efetiva	(11,47%)	(11,34%)	(11,47%)	(11,34%)	(11,34%)
23. Investimentos a pagar					
	2021	2020	2021	2020	2020
Aquisição IMB Têxtil S.A. (a)	-	8.931	8.667	8.667	8.667
	-	8.931	8.667	8.667	8.667
Passivo Circulante	-	5.100	8.667	8.667	8.667
Passivo Não circulante	-	3.831	-	-	-
(a) Durante o exercício de 2018 a controlada direta Uni.co Comércio adquiriu 100% da participação societária da controlada indireta IMB Têxtil S.A., o saldo remanescente a pagar oriundo dessa aquisição é de R\$ 8.931 (R\$ 8.667 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 32.082 em 31 de dezembro de 2019), e são atualizados por 100% da CDI. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos estão atualizados pelos dois eventos descritos a seguir. Conforme contrato de compra e venda, o Grupo deve repassar para os vendedores os créditos ou benefícios recebidos de direito destes acionistas. Ainda, de acordo com o referido contrato, os antigos acionistas são responsáveis por eventuais contingências que surjam, anteriores a 31 de dezembro de 2017. Em maio de 2020, a controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Eireli, recebeu notificação referente a um processo do ISS – Impostos sobre Serviços – sobre a receita de franquias, resultando no provisionamento do montante de R\$ 13.147 em 31 de dezembro de 2020. Em 2021 esse valor foi descontado dos antigos acionistas e reembolsado pela Uni.co Comércio S/A para controlada Mone Gestão, que aderiu ao PPI da prefeitura de São Paulo e reconheceu o montante em seu passivo circulante e não circulante. Essa transação gerou um mútuo entre a Uni.co Comércio e a Mone Gestão, eliminados no consolidado da Uni.co S.A.					
24. Provisão para contingências					
	2021	2020	2021	2020	2020
Cíveis	208	267	208	267	267
Tributárias	28.508	41.790	28.508	41.790	41.790
Trabalhistas	629	266	629	266	266
	29.345	42.323	29.345	42.323	42.323
As controladas são partes em processos civis, trabalhistas e tributários que estão sendo discutidos judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$ 29.345 (R\$ 42.323 em 31 de dezembro de 2020) para os processos que o risco de perda foi classificado como provável. Existem outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos das controladas não apresentam risco provável de desembolso futuro, no montante de R\$ 4.368 (R\$ 2.913 em 31 de dezembro de 2020) oriundos de processos cíveis e tributários, os quais foram classificados com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões.					

Wellington Einstein Dalvi dos Santos – Diretor Presidente Adilson José Perardt – Contador – CRC PR 045.082/O T-SC

Relatório do Auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas Uni.co S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Uni.co S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Uni.co S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de abril de 2021, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Uni.co S.A. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 4 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers Leandro Sidney Camilo da Costa
Audidores Independentes Ltda. Contador
CRC 2SP 000.160/O-5 CRC 1SP 236.051/O-7

Bank of America supera estimativas de lucro com força em crédito ao consumo



O Bank of America divulgou nesta segunda-feira uma queda 13% menor do que a esperada no lucro do primeiro trimestre, uma vez que o forte crescimento dos empréstimos ao consumidor ajudou a amortecer o impacto da desaceleração nas negociações globais.

O banco reportou alta de 9% na receita bancária no varejo, para 8,8 bilhões de dólares, no trimestre encerrado em março.

“Os resultados do primeiro trimestre foram fortes, apesar dos mercados desafiadores e da volatilidade”, disse o diretor financeiro, Alastair Borthwick, em comunicado.

“A receita líquida de juros aumentou 1,4 bilhão de dólares em relação a um ano antes, apoiada por um forte crescimento de empréstimos

e depósitos. No futuro, com a expectativa da curva futura de aumento das taxas de juros, prevemos obter mais benefícios de nossa franquia de depósitos.”

No entanto, as taxas totais de banco de investimento caíram 35%, para 1,5 bilhão de dólares, no trimestre.

O segmento bancário global do Bank of America, que abriga o negócio de banco de investimento, teve 165 milhões de dólares em provisões para perdas de crédito, principalmente devido à sua exposição à Rússia e ao crescimento dos empréstimos.

O segundo maior banco dos Estados Unidos em ativos liberou 362 milhões de dólares do que havia reservado para empréstimos ruins. A receita líquida de juros, uma medida importante de quanto o banco pode ganhar com

empréstimos, subiu 13%, para 11,6 bilhões de dólares no trimestre.

Devido à composição do balanço patrimonial, o Bank of America é o mais sensível entre os grandes bancos dos Estados Unidos às mudanças nas taxas de juros e deve se beneficiar do plano do Federal Reserve para aumentar as taxas de juros.

O lucro aplicável aos acionistas ordinários caiu quase 13%, para 6,6 bilhões de dólares, ou 0,80 dólar por ação, de 7,56 bilhões de dólares, ou 0,86 dólar por ação, um ano antes.

O banco reportou aumento de 8% no lucro antes de impostos e provisões. Analistas esperavam, em média, lucro de 0,75 dólar por ação, de acordo com a estimativa do IBES da Refinitiv.

Decisão judicial impede Hopi Hari de pagar credores do plano de recuperação

O parque Hopi Hari está impedido legalmente de efetuar pagamentos para seus credores por causa de uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que suspendeu em meados de março a homologação do plano de recuperação da empresa. A proibição inclui os titulares de créditos trabalhistas que vinham sendo pagos antes mesmo da homologação do plano.

Os administradores do parque informaram que a suspensão dos pagamentos ocorreu com a concessão de um pedido liminar apresentado pelos credores Alpha Consultoria e o banco Bradesco, que teriam crédito não preferen-

cial de R\$ 528 mil.

Os credores do Hopi Hari que aprovaram o plano em assembleia, em fevereiro, têm cerca de R\$ 400 milhões a receber.

Segundo o parque, estão sendo tomadas “medidas judiciais cabíveis” para reverter a decisão.

A gestão do Hopi Hari informou ainda que tentou pagar os credores trabalhistas, com base em uma permissão em primeira instância da Justiça, e conseguiu que alguns créditos fossem realizados. No entanto, a decisão do desembargador e de segunda instância impediu a continuidade dos pagamentos, acrescentaram os administradores.

Isto é Dinheiro



Reuters

Tupy anuncia compra da MWM, de motores, por R\$ 865 milhões



A Tupy informou nesta segunda-feira, 18, que firmou contrato para aquisição de 100% dos ativos e negócios da International Indústria Automotiva da América do Sul (MWM do Brasil), por R\$ 865 milhões. O negócio foi firmado com a Navistar International Corporation, subsidiária da Traton SE.

“A transação está alinhada com a estratégia de crescimento da Tupy tanto nos negócios atuais, pela agregação de valor aos produtos, quanto na promoção de soluções viáveis para descarbonização, beneficiando-se do alto potencial de utilização de biocombustíveis, inerente ao tamanho do agronegócio brasileiro”, afirma a empresa em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobili-

ários (CVM).

O preço de aquisição (Enterprise Value) de R\$ 865 milhões, representa aproximadamente, 4 vezes o Ebitda da MWM em 2021 e serão pagos após a conclusão do negócio (closing), o qual estará sujeito a ajustes de preços comuns a este tipo de operação. Segundo a Tupy, a estratégia de alocação de capital (combinação de recursos próprios e de terceiros) para pagamento do preço da Transação será avaliada oportunamente.

Segundo a empresa, a MWM, que atua com montagem, usinagem e teste de motores, além de fornecer serviços de valor agregado, teve receita líquida operacional de aproximadamente R\$ 2,688 bilhões em 2021.

“A MWM fabrica motores de terceiros sob contratos

de manufatura, tendo entre seus clientes líderes da indústria brasileira, europeia e norte-americana de caminhões, ônibus e máquinas. Esse tipo de negócio apresenta baixa necessidade de investimentos em ativos fixos e capital de giro”, afirma no documento.

A nova empresa, combinação de Tupy e MWM, oferecerá atividades de fundição, usinagem, montagem, calibração, validação técnica e serviços de engenharia. “Todo o conhecimento técnico e estrutura industrial e de laboratórios da MWM serve também às necessidades dos atuais clientes da Tupy, em particular, para auxiliá-los na adaptação e conversão de motores e sua aplicação em veículos pesados, máquinas e geradores”, afirma a companhia.

Isto é Dinheiro